
Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade do Estado do Pará

Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar. V.18 N.36 / 2023. p. 1-20

ISSN: 2237-0315

Impacto do Programa Cooperjovem em uma Escola do Município de Pedras de Fogo – PB

Impact of the Cooperjovem Program in a School in the Municipality of Pedras de Fogo - PB

Maria José Menezes da Silva

Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo

Pedras de Fogo-Brasil

Alcina Manuela de Oliveira Martins

Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto

Porto-Portugal

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a influência do Programa Cooperjovem em uma Escola da rede pública municipal de Ensino Fundamental II, no Município de Pedras de Fogo-PB, junto dos respectivos docentes e discentes. O Programa Cooperjovem, que é estimulado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo-SESCOOP, este criado pela Medida Provisória nº 1.715 de 3 de setembro de 1998. O Cooperjovem é um Programa relativamente recente na educação brasileira, tem como base uma metodologia que vivencia os princípios e valores cooperativistas entre educadores e alunos. Para a pesquisa, recorreremos a uma abordagem mista. No seu percurso qualitativo, optamos por uma entrevista estruturada, realizada ao gestor escolar e aos professores, que aderiram ao Programa. No seu percurso quantitativo, aplicamos aos alunos um questionário com questões fechadas e abertas. Os resultados comprovam que, embora o Programa Cooperjovem não solucione todos os problemas vivenciados na escola, a sua adesão pela comunidade escolar foi fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizado. Tal permitiu alterar atitudes e comportamentos dos atores envolvidos, ao colocarem em prática os valores e princípios do cooperativismo.

Palavras-chave: Professores; Alunos; Programa Cooperjovem.

Abstract

This article aims to analyze the influence of the Cooperjovem Program in a public school of Elementary School II, in the Municipality of Pedras de Fogo-PB, with the respective teachers and students. The Cooperjovem Program, which is stimulated by the National Service for Learning Cooperativism-SESCOOP, created by Provisional Measure nº 1.715 of September 3, 1998. Cooperjovem is a relatively recent Program in Brazilian education, based on a methodology that experiences the cooperative principles and values between educators and students. For the research, we used a mixed approach. In its qualitative path, we opted for a structured interview, carried out with the school manager and the teachers, who joined the Program. In its quantitative course, we applied to students a questionnaire with closed and open questions. The results show that, although the Cooperjovem Program does not solve all the problems experienced at school, its adherence by the school community was fundamental for improving the quality of teaching and learning. This made it possible to change attitudes and behaviors of the actors involved, by putting into practice the values and principles of cooperativism.

Keywords: Teachers; Students; Cooperjovem Program

1. Introdução

O Programa Cooperjovem, relativamente recente nas instituições públicas de educação brasileira, apresenta uma metodologia pautada nos princípios e valores do cooperativismo entre educadores e educandos. A aplicação das práticas cooperativistas nas escolas proporcionam à comunidade educativa uma reflexão sobre a realidade, gerando mudanças comportamental e atitudinal, uma vez que a educação é um instrumento global, capaz de promover alterações na sociedade.

O Cooperjovem, criado em 2000, é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), incrementado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP, criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, que tem como propósito estimular o cooperativismo através da escola (SESCOOP, 2013a). No contexto das políticas públicas da Reforma do Estado, no Brasil, a ideologia do cooperativismo está subjacente à Pedagogia das Competências. Segundo Gawlak (2007, p. 10), “com o trabalho cooperativo as pessoas passam a descobrir seu potencial e desenvolvem valores e atitudes de respeito que contribuem para melhorar a qualidade de vida”. Neste entendimento, os intervenientes no Cooperjovem, adquirem competências focadas na cooperação. O Programa tem a cada ano, uma maior adesão, tanto a nível estadual como nacional. Tal reflete-se na introdução da cultura cooperativista no currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, entrelaçando cada vez mais a educação com a cooperação.

Como refere Aguado (2000, p. 9) “a nossa sociedade vive mudanças extremamente rápidas e intensas que exigem inovações educativas de envergadura semelhante”. Com efeito, e de acordo com Lopes e Silva (2009), a pesquisa tem demonstrado a eficácia do aprendizado cooperativo na aquisição de competências sociais a par da realização de um aprendizado cognitivo. Os autores defendem que o aprendizado cooperativo constitui uma alternativa válida à competição e ao individualismo, tão arreigados nas nossas escolas (LOPES; SILVA, 2009).

O estudo aqui apresentado é resultado da dissertação de mestrado da primeira autora (com orientação da segunda autora), que procurou analisar a influência do Programa Cooperjovem na vida dos educandos e educadores em uma escola do Ensino Fundamental II, do Município de Pedras de Fogo-PB. E esta problemática é tão mais importante, quando

sabemos que a escola em análise, atende filhos de agricultores de situação econômica baixa, que trabalham na agricultura familiar.

Na verdade, preparar os alunos para os desafios deste século implica dotá-los de uma multiplicidade de competências, que poderão ser incrementadas através do recurso ao aprendizado cooperativo.

2. Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo (SESCOOP)

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – (SESCOOP), foi criado através da Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, simultaneamente com à implementação do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias – RECOOP. O objetivo do SESCOOP descrito no referido instrumento normativo, é organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados. (SARAIVA, 2013). Integrante do Sistema “S” brasileiro, após ter passado por várias reedições foi regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999 e substituída finalmente pela Medida Provisória nº 2.168-40 de 24 de agosto de 2001, em que versa no artigo 8º, vejamos:

Art.8º. Fica autorizada a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, com personalidade jurídica de direito privado, composto por entidades vinculadas ao sistema sindical, sem prejuízo da fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento de suas atividades, o SESCOOP contará com centros próprios ou atuará sob a forma de cooperação com órgãos públicos ou privados.

De acordo com o artigo 10º da referida Medida Provisória, foi instituída uma porcentagem de custeio do novo serviço social. A contribuição destinada ao SESCOOP, se daria em substituição às contribuições destinadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, ao Serviço Social da Indústria – SESI, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, ao Serviço do Comércio – SESC, ao Serviço Nacional do Transporte – SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. A contribuição recolhida pela Previdência social seria aplicada nas mesmas condições, privilégios e prazos às demais contribuições de seguridade social.

Neste contexto, perante a Reforma do Estado no Brasil, organizada segundo o modelo gerencial de políticas públicas, surgem novas ideologias cooperativistas, subordinadas à Pedagogia das Competências, ou seja, desempenhando um papel importante no desenvolvimento dos processos de comportamento do trabalhador levando-se em conta mudanças na organização do trabalho e da vida. Trata-se de um movimento de globalização neoliberal, que surge como uma alternativa ao currículo “Tradicional”, tendo como referência o comportamento humano em sociedade (ADAMS; DORNELES; LAUXEN, 2017).

Desta forma, o Sescoop acompanha e dispõe soluções para sustentabilidade do negócio das cooperativas brasileiras. A instituição promove a sua autogestão e dissemina a cultura cooperativista. O desenvolvimento humano é o centro de todo o trabalho realizado.

O Sescoop traz como objetivos: (i) Assistir às sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamentos e na realização de aprendizagem metódica e contínua; (ii) Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares; (iii) Exercer a coordenação, a supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares; (iv) Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas; (v) Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativistas como forma de desenvolvimento integral das pessoas; (vi) Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes.

Sendo, assim, conclui-se que o Brasil se orienta pelo modelo gerencial das políticas públicas e o Sescoop traz, através do cooperativismo, uma nova pedagogia centrada em competências. Com a sua política nacional de educação cooperativa, reforça a possibilidade de acesso a uma vida social e econômica plena, pois as cooperativas fortalecem os seus membros através de estruturas regionais, nacionais e locais (SISTEMA OCB/AL, 2017).

2.1 O Programa Cooperjovem

Antes de tratarmos da análise dos dados pesquisados, é necessário que tenhamos entendimento sobre o Cooperjovem no seu sentido mais amplo.

Como referido, o Cooperjovem é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), incrementado no ano 2000, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), tendo como propósito impulsionar o cooperativismo através da escola. Visa promover uma relação de ensino e aprendizado delineada a partir dos princípios, valores e da prática da cooperação que suportam a regra do cooperativismo. Este Programa nacional é desenvolvido pelas Unidades Estaduais do SESCOOP, e pelas cooperativas, com o apoio das secretarias de educação dos municípios aderentes ao Programa (SESCOOP, 2013c).

O Programa fortalece o entendimento de que a sociedade brasileira necessita de profundas mudanças, com novos modelos de descoberta do saber, através de uma Educação mais inclusiva e inovadora. O voluntariado, na adesão ao Programa, é um fator essencial para o pleno exercício da cidadania cooperativa (SCHNEIDER, 2012). Desta forma, aderindo ao Cooperjovem, os municípios entram em contato com a Unidade Estadual do SESCOOP, que, em parceria com secretarias de educação, cooperativas e escolas, apresentará o objetivo e os benefícios do Programa SESCOOP (2013c).

Neste sentido, o SESCOOP (2013c p. 18) ressalta que, para o bom andamento do Programa “a escola é a protagonista, pois ela disponibiliza seu quadro docente para aplicar e vivenciar o programa junto aos seus alunos e incentivar iniciativas que envolvam a cultura da cooperação”.

Hábitos valorativos segundo Frantz (2001, p. 245), são necessários para criar uma nova reflexão no processo educacional, uma transformação em que se propõe uma “proposta pedagógica cooperativa” nos espaços da escola. O elenco de princípios e valores do cooperativismo são norteadores no exercício da cidadania.

Importante frisar que, a prática colaborativa, da experiência na escola, influencia o processo de ensino e aprendizado. Os experimentos e o trabalho conjunto levam a um crescimento moral e intelectual, alterando e aperfeiçoando novas práticas de ensino e aprendizado, dentro das escolas e cooperativas educacionais, como propõe o Cooperjovem. O Programa sensibiliza alunos e professores para a adoção dos valores ligados ao cooperativismo, como a justiça social, solidariedade, participação, igualdade, liberdade, equidade e autonomia, de modo que o método seja entendido como uma opção econômica e social mais solidária, mais democrática e mais participativa (SCHNEIDER, 1993), com maior centralidade do aluno em todo o processo, reforçando suas competências.

Nesta perspectiva, o SESCOOP (2013b, p.14) evidencia que:

A formação básica busca oportunizar que os educadores construam conhecimentos e desenvolvam habilidades e atitudes decorrentes do pensar crítico sobre a prática educativa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, na perspectiva de construir uma escola apta a responder exigências de uma sociedade em constante mudança.

Percebe-se que, o Programa no ambiente escolar é salutar para a formação escolar e por este motivo, envolve as crianças desde o Ensino Fundamental I, continuando a filosofia até o Fundamental II, com crianças de 6 a 14 anos de idade, em cooperativas educacionais e escolas públicas. Em 2014, deu-se uma inovação na metodologia do Programa com o trabalho do Projeto Educacional Cooperativo (PEC), nas escolas que estimulam os valores do cooperativismo, e do trabalho coletivo (SESCOOP, 2013a). A finalidade é impulsionar uma transformação democrática e criativa, através dos princípios cooperativistas.

Para que, seja possível o bom desenvolvimento do programa no ambiente escolar, é necessário o envolvimento dos educadores, juntamente com a gestão escolar, mantendo interface com a coordenação estadual, subordinada à coordenação nacional, de forma a promover o sucesso do Programa.

O grande desafio passa pelo envolvimento de todos os profissionais escolares, uma vez que ainda persistem docentes que apresentam uma postura tradicional, entendendo o aluno como sujeito passivo e não interveniente. Se em 2015 o programa funcionava em nove estados brasileiros, em 2019, a cultura da cooperação passou a estar disseminada em 13 estados.

Analisando os dados fornecidos pelo SESCOOP Nacional constatamos que, em quatro anos, se deu um aumento significativo do número de escolas (em 2015 havia 411, em 2017 passou para 630 e em 2019 para 722) com os respectivos professores e alunos em âmbito nacional. Em 2019, embora haja um aumento do número de escolas aderentes e conseqüente aumento do número alunos (contemplando 91.609 alunos em 2015, passando para 119.319 em 2017, e atingindo os 156.279 em 2019), o número de professores que aderiu ao Programa sofreu uma quebra de 17% relativamente ao ano de 2017, passando de 5.834 para 4.846. Esta quebra deveu-se ao número de professores prestadores de serviço que, a cada momento, é transferido de instituição de ensino¹.

No caso concreto do Estado da Paraíba, o programa foi implantado em 2001 em 05 municípios, aumentando para 09 municípios em 2017, mas em 2019 deu-se um declínio no número de municípios participantesⁱⁱ. Não obstante, podemos constatar que, embora tenha diminuído o número de municípios abrangidos de escolas participantes (em 2017 havia 09 e em 2019 havia 05), com conseqüente número de alunos beneficiados no Estado (em 2017 existiam 5.301 alunos beneficiados, passando em 2019 para 4.424), aumentou o número de professores envolvidos. Estamos convictas que esse aumento se deve ao fato de, cada vez mais, os docentes acreditarem que a aplicação dessas metodologias de ensino e aprendizado são decisivas, para alcançar mais qualidade e sucesso educativo do aluno.

Como referimos, no Estado, o Cooperjovem tem como centro de difusão a Unidade Estadual, responsável pela coordenação do programa. A este organismo compete promover a formação para os professores e providenciar os certificados, procurar parcerias com cooperativas e Secretarias de Educação e definir com os parceiros locais a entrega de materiais didáticos do Programa às escolas. Todo o acompanhamento nos municípios é feito por um analista de cooperativismo e monitoramento do SESCOOP/PB.

Nesse sentido, o SESCOOP (2013a, p. 28), “estruturou o Programa Cooperjovem para proporcionar à comunidade escolar uma reflexão sobre sua realidade que possibilite mudança comportamental e atitudinal pautado na educação cooperativa”. O 7º Princípio do Cooperativismo versa sobre esse interesse da cooperativa pela comunidade com a implantação de ações sociais em torno da melhoria das comunidades em que a escola está envolvida (GAWLAK, 2007).

Portanto, ao aderirem ao Programa, espera-se que os alunos convivam democrática e solidariamente, que sejam pessoas críticas e criativas, descobrindo no cooperativismo uma escolha que possa ser realizada por todos, de forma a poderem participar da vida social e cidadã (SILVA, 2018).

Não podemos esquecer que, ao ingressar na escola, a criança traz consigo experiências e conhecimentos. Como tal, o ensino deve ser adequado à sua realidade. Nesse contexto, o Programa propõe uma prática educativa alicerçada na cooperação, uma vez que é através dessa prática que se estimula a responsabilidade social, bem como a formação de sujeitos sociais, capazes de conviver numa sociedade participativa (FRANTZ, 2001). Dada a importância da vida comunitária, o Programa Cooperjovem veio contribuir para a consolidação desse aprendizado através do incentivo à Educação, com a difusão da

propagação da cultura da cooperação, alicerçada na Pedagogia das Competências. Porém, para que tal possa acontecer, é fundamental a relação entre a comunidade e a cooperativa que apoia o Programa Cooperjovem, através do suporte dado às escolas participantes, de forma a haver uma maior abrangência, efetiva e proveitosa.

3. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa optamos por um estudo de caso simples, frequentemente utilizado em estudos educacionais, visando uma análise contextualizada e pormenorizada da realidade (YIN, 2015). O presente estudo de caso teve como contexto uma escola da rede pública municipal, localizada na zona rural do Município de Pedras de Fogo-PB. Atende alunos da II fase do Ensino Fundamental, sendo alguns pertencentes a turma de EJA (Educação para Jovens e Adultos fora da faixa etária de idade do ensino regular) e também funciona como anexo do Ensino Médio, de uma escola do Estado da Paraíba.

De forma a aprofundar a análise, optamos pela conjugação da abordagem qualitativa e quantitativa, a qual também é denominada como método misto (CRESWELL, 2010). Qualitativa por buscar como fonte direta o ambiente natural de dados e quantitativa por caracterizar a quantificação, na coleta de informações, através de questionários por estatística, desde as mais simples, como a percentual, até as mais complexas (RICHARDSON, 2015). Não obstante perdurar, durante muito tempo, uma dissociação entre métodos quantitativos e qualitativos, gradualmente, os mesmos, começaram a ser entendidos e aplicados como complementares e simbióticos (POESCHL, 2006).

Assim, o uso da metodologia qualitativa aponta para uma análise em profundidade, de significados e percepções, em contexto holístico de experiências vividas, o que é particularmente relevante, em um estudo que foca a influência do Programa Cooperjovem em uma escola da rede pública municipal de Ensino Fundamental II. Em conjugação, justifica-se o uso da metodologia quantitativa, a fim de explicar e analisar os fenômenos, procurando regularidades através da objetividade dos procedimentos e da quantificação (ALMEIDA; FREIRE, 2000), quanto às percepções dos alunos, coletivamente.

A estratégia de métodos mistos segue a teorização de Cresswell (2010). Deste modo, recorreremos a uma estratégia explanatória sequencial, com recolha e análise de dados qualitativos, seguida de recolha e análise de dados quantitativos. A finalidade reside em

explicar e interpretar os dados obtidos, atendendo às relações estabelecidas, em triangulação.

Em consonância, foi utilizada a entrevista estruturada, aplicada ao Gestor escolar e aos professores (08) que aderiram ao Programa Cooperjovem.

Antes da realização das entrevistas, foi concretizada uma conversa com o gestor e os professores, sujeitos da pesquisa, com o intuito de lhes esclarecer os objetivos da investigação, tendo o cuidado de informar que a sua participação era de forma voluntária e os dados seriam preservados através do anonimato. As entrevistas foram gravadas, através de um *smartphone*, com a autorização dos entrevistados para posterior transcrição. As entrevistas, em média, tiveram a duração de 50 minutos. Recorremos a uma análise de conteúdo descritiva e holística, sem quantificação, para alcançar uma compreensão profunda das perspectivas dos participantes individuais (LICHTMAN, 2013).

Paralelamente, recorremos ao inquérito por questionário, composto por questões abertas e fechadas, com o intuito de recolher as percepções dos alunos. Utilizamos este modelo porque enquanto as questões fechadas obrigam a selecionar uma alternativa numa lista de opções predeterminadas, as perguntas abertas dão liberdade aos inquiridos de se expressarem livremente sobre o assunto (GÜNTHER; LOPES JÚNIOR, 2013). Neste sentido, acreditamos que a utilização de questões abertas e fechadas, neste tipo de pesquisa enriquece a análise dos dados.

Aplicamos o questionário, de forma aleatória, a 100 (cem) alunos de turmas específicas, em que é trabalhado o Programa Cooperjovem, matriculados nas séries do 6º, 7º, 8º e 9º ano. Com o propósito de analisar os dados recolhidos, as questões fechadas foram objeto de análise estatística, enquanto as questões abertas com respostas extensas foram analisadas descritivamente.

O acesso à escola, professores e alunos, se deu através de um ofício, encaminhado ao gestor escolar, solicitando a autorização e explicando a importância da pesquisa.

Para resguardar o sigilo e o anonimato desta pesquisa, no caso das entrevistas, foram utilizados códigos para identificar as falas dos participantes. O gestor será referenciado com a letra G e os professores como P1, P2 e assim sucessivamente. As falas foram introduzidas no texto com destaque em itálico.

4. Apresentação e análise dos resultados

Passaremos então a apresentar e analisar os resultados da análise descritiva das entrevistas estruturadas, bem como o resultado do questionário, distribuído aos alunos envolvidos, também eles, no Programa Cooperjovem.

4.1 Percepções do gestor escolar e professores sobre o Programa Cooperjovem

Na análise das entrevistas, iniciando pela identificação profissional, constatamos que o gestor (doravante identificado de G) é especialista no ensino da matemática, tendo 13 (treze) anos de carreira na Educação e 02 (dois) anos de carreira como gestor escolar em análise.

Os professores (doravante identificados de P1 a P8) com idades compreendidas entre 24 e 49 anos, são todos graduados na sua área de atuação e 04 (quatro) deles possuem especialização (P1, P3, P5 e P7). Paralelamente, P1 e P4 lecionam ainda outras disciplinas que diferem da sua área.

Em relação ao tempo de carreira, 06 (seis) professores lecionam há mais de 10 (dez) anos e apenas 02 (dois) têm menos tempo de serviço. Quanto ao tempo de participação no Programa Cooperjovem, este varia entre 02 anos (P7 e P8), 03 anos (P5 e P6), 04 anos (P4), 06 anos (P3), 08 anos (P2) e 10 anos (P1).

Uma das questões direcionada ao gestor (G), focava a sua motivação para aderir ao Programa Cooperjovem. O nosso entrevistado, respondeu que, embora não tivesse sido ele a implantar o Programa, sendo apenas docente na época (2007), foram “os projetos, os temas, e isso facilita muito o dia a dia na escola, o aprendizado e a participação com a família. Isso foi o diferencial para a escola acatar e abraçar o Programa Cooperjovem” (G). Na análise de sua resposta podemos constatar que, o Programa é o caminho a seguir para a melhoria da educação, ao contribuir para a democratização dos saberes, na formação e resgate dos valores do cidadão e que está em consonância com a Resolução SESCOOP nº 109 de 2007, quando refere a necessidade de implantar uma proposta metodológica no ensino e aprendizagem baseado na doutrina do cooperativismo (SILVA,2018).

Procuramos saber, entre os nossos sujeitos participantes as suas percepções sobre o que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola. A este propósito, o gestor escolar ressaltou a adesão voluntária aliada a temas relativos ao resgate dos valores, como solidariedade, responsabilidade e ajuda mútua. Isto é, o Programa difere

pela espontaneidade de todos trabalharem o coletivo. Os educadores, por sua vez, ressaltam que o Programa melhora a qualidade de vida, inculcando na criança, adolescentes e jovens os benefícios de trabalhar em cooperação, salientando a atenção para o exercício da cidadania.

Outra questão levantada a todos os entrevistados era que, entre os valores essenciais enfatizados pelo cooperativismo, indicassem três que considerassem essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão. A este propósito, o gestor escolar ressalta a igualdade, responsabilidade e ajuda mútua. Valores essenciais que, para si, devem ser estimulados na escola, através de metodologias que busquem, não só esses três valores, mas também todos os outros, igualmente trabalhados no Programa. Por sua vez, os docentes salientam a responsabilidade, solidariedade e igualdade.

Pelo discurso dos entrevistados, é notória a importância dos valores para o desenvolvimento do aluno como cidadão, num mundo que apresenta tantas divergências e incoerências. Por isso, a cada dia devem ser estimulados na escola como norteadores de vidas.

Relativamente à questão sobre o desenvolvimento do Programa Cooperjovem na escola, a nível de currículo, do Projeto Político Pedagógico (PPP), atividades em sala de aula e extracurricular, o gestor escolar diz-nos que: “O Programa é desenvolvido de uma forma casada entre os projetos, mini-projetos que são desenvolvidos na escola no seu dia a dia tipo: Cooperhorta, os valores, reciclagem dentre outros” (G).

Nesse tocante, percebemos que o Programa, está atrelado a projetos e mini-projetos já desenvolvidos no ambiente escolar.

Por sua vez, os docentes entrevistados, com exceção de P1 que não respondeu de forma clara à questão, ressaltando apenas a faixa etária dos alunos e “o desenvolvimento do aprendizado de cada um”, todos os outros realçaram o fato de o Programa ser desenvolvido de acordo com os miniprojetos do PPP da escola. P3 diz-nos ainda que o Programa, embora seja trabalhado de forma igual aos outros projetos “sai na frente por envolver todos os funcionários”. Para P4 o currículo apresenta “conteúdos que refletem a realidade local e atividades que estimulam o cooperativismo dentro e fora da sala de aula”. P2, P5, P6 e P7 citam alguns projetos, como a Cooperhorta, resgate dos valores e de reciclagem.

Impacto do Programa Cooperjovem em uma Escola do Município de Pedras de Fogo-PB

Ao analisarmos os discursos dos intervenientes percebemos que os mesmos se referem que o Programa é desenvolvido em união com os projetos já existentes no PPP da escola. Na verdade, o currículo influencia na formação das pessoas e o PPP é a base de todas as ações da escola, estando alinhado as competências da Base Nacional Comum Curricular.

Relativamente à análise sobre a formação que receberam em cooperativismo e quais os materiais de suporte que receberam para trabalhar com o tema cooperação na sua disciplina, a grande maioria dos professores entrevistados assume ter recebido, durante o ano, formação continuada sobre a filosofia do cooperativismo, tanto na escola, como na cidade de João Pessoa. A este propósito P4 diz-nos que receberam “capacitação para educadores de modo a incluírem uma prática pedagógica, os princípios, valores e métodos da educação cooperativa”; P5 menciona que, durante “o período que recebemos as formações nas próprias palestras, tiramos ideias para podermos adaptar à nossa disciplina e também à nossa realidade”.

No que diz respeito aos materiais pedagógicos, afirmam terem recebido revistas, apostilas, entre outros. P2 diz-nos que, para além disso tudo, também receberam “livros de instruções de como trabalhar as atividades em sala de aula” e P3 refere que receberam igualmente “alguns jogos que foram trabalhados por todos os professores”.

Pela análise dos seus discursos, fácil é perceber que todos os entrevistados estão abertos a novas práticas e metodologias inovadoras, no intuito de rentabilizarem o trabalho coletivo. Com apoio dos novos materiais didáticos, bem como as formações recebidas, não só dinamizam as aulas, como conseguem que os próprios docentes façam troca de experiências sobre o trabalho coletivo, resgatando valores antes esquecidos a fim de desenvolver uma aprendizagem coletiva.

Quanto à questão sobre as atividades cooperativistas em sala de aula e o que consideram fundamentais no planeamento, concretização e avaliação das atividades realizadas, os docentes entrevistados, sem exceção, assumem a importância do trabalho de grupo com os alunos.

O trabalho em grupo isso é fundamental no planeamento, são as ações que são propostas durante o processo ensino e aprendizado, com relação a concretização e avaliação a aplicação das atividades e o acompanhamento. É observando os avanços e recuos durante todo o trabalho, todas as atividades cooperativistas (P1).

É importante frisar que, ao serem criadas novas estratégias para desenvolver atividades coletivas dentro da filosofia do Programa, exige de todos mudanças estruturais, sendo o planejamento essencial para desenvolver atividades em grupo ou não. Sendo assim, a avaliação deve decorrer de acordo com a participação de todos envolvidos em todas as atividades planejadas.

No que concerne à questão sobre a influência da participação da família nas atividades do Programa, o gestor escolar, embora realce o incentivo por parte dos pais à participação dos seus filhos nos projetos escolares, acaba por não referir, de forma clara, o papel da família no envolvimento das atividades escolares dos seus educandos.

Sobre esta questão, a maioria dos docentes entrevistados acredita ser fundamental o envolvimento da família no Programa. Vejamos então alguns extratos dos seus discursos. Para P1 “não adianta só a criança saber usar os valores do cooperativismo, a família precisa compreender e participar também”. P2 não só corrobora com esta ideia, como acredita que o comprometimento da família facilita o processo dado que “os alunos se sentem mais atraídos e incentivados a trabalhar”. Já P3, embora concorde com os seus colegas “famílias não estão muito frequentes na escola para saber o rendimento dos seus educandos”.

Nesse sentido, acredita que só com a sensibilização por parte dos conselhos de pais, consigam incentivar a família a participar no Programa. A interação social é primordial para a aprendizagem dos alunos e para o bom andamento do Programa.

Sobre a questão referente ao acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem a nível Estadual, o gestor escolar diz que:

A escola é muito grata pelo SESCOOP que vem desenvolvendo um trabalho maravilhoso, desde 2007 e hoje vem sendo acompanhada pelo analista Petrúcio Mamede que desenvolve, acompanha e está sempre presente nos projetos da nossa escola (G).

O Gestor ressalta, o contínuo acompanhamento do analista designado pelo Programa que, não só está sempre presente nas ações realizadas na escola, como acompanha a aplicação da metodologia cooperativista pelos professores sobretudo, os que participaram nos encontros e formações promovidas pelo SESCOOP.

Por sua vez, os docentes entrevistados, sem exceção, referem o acompanhamento do analista de monitoramento designado pelo SESCOOP Estadual. P2 especifica que têm “o SESCOOP que acompanha a gente e dá suporte”. Ao analisarmos esta informação com a do gestor escolar, percebemos que o acompanhamento dado pelo SESCOOP Estadual vem sendo realizado desde a adesão da escola ao Programa, auxiliando no desenvolvimento de todo o trabalho coletivo, na busca do resgate dos princípios e valores, com metodologias inovadoras aplicadas pelos professores para o desenvolvimento do aprendizado coletivo.

4.2 Percepções dos alunos sobre o Programa Cooperjovem

Os participantes deste inquérito por questionário, em termos de identificação são alunos que frequentam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamenta II. Nesse sentido, deveríamos encontrar apenas alunos na faixa etária dos 11 aos 14 anos. Não obstante, na nossa amostra, encontramos alunos com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos. A grande maioria encontra-se na faixa etária dos 14 anos (36%) seguindo-se os da faixa dos 12 anos (21%), os dos 13 anos (19%) e os dos 11 anos (11%). Fora desta faixa etária, encontramos alunos com 15 anos (12%) e um número residual, com 19 anos (1%). Todos, sem exceção, participam no Programa através do Projeto Educacional Cooperativo.

A nossa amostra apresenta uma população maioritariamente feminina (55%). A maioria dos alunos participam há um ano do Programa (35%), segue-se os que participam há 04 anos (27%), os que participam há 03 anos (20%) e os que participam há 02 anos (17%). Muito residual são os que participam no Programa há 05 anos (1%).

Ao referirmos sobre o Programa Cooperjovem, as perguntas e justificativas encontram-se compiladas na Tabela 1.

Tabela 1: Percepção dos alunos sobre o Programa Cooperjovem

Questões	Justificativa	Porcentagem
Valores enfatizados pelo cooperativismo	Solidariedade	52%
	Responsabilidade	14%
	Igualdade	14%
	Equidade	11%
	Honestidade	7%
	Não respondeu	2%
	Total	100%
Trabalhar em cooperação melhora o seu comportamento em sala de aula	Respeito mais os colegas, professores e funcionários da escola.	42%
	Presto mais atenção na aula	36%

	Desenvolvo melhor a ajuda mútua	14%
	Melhorou no desenvolvimento da leitura	8%
	Total	100%
Importância do Programa Cooperjovem no processo de ensino e aprendizado	Facilita o aprendizado	62%
	Melhora convivência entre colegas, professores e funcionários da escola	21%
	Aula dinâmica	2%
	Melhora o comportamento	1%
	Melhora o planeta	1%
	Não justificou	13%
	Total	100%
Os educadores que participam no Programa Cooperjovem apresentam um processo de ensino facilitador de um melhor aprendizado	Aulas dinâmicas facilitam o aprendizado dos conteúdos	88%
	Mais qualificados em sala de aula	2%
	Não justificou	10%
	Total	100%
A participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem ajuda na melhoria do aprendizado	Família e a escola se desenvolvem mais	34%
	Facilita o aprendizado do aluno	32%
	Pais ficam a par do comportamento do aluno	11%
	Trabalho em equipe da família e escola	3%
	Não tem tempo de ir à escola	1%
	Não justificou	19%
	Total	100%

Fonte: Elaborada pela primeira autora

Quando questionamos os alunos sobre os valores enfatizados pelo cooperativismo, indicando três que considerassem essenciais no seu desenvolvimento, verificamos que o valor mais referido foi o da solidariedade (52%). Segue-se, com uma diferença muito significativa os da responsabilidade e da igualdade (14% cada um) depois os da equidade (11%) e, por último, os da honestidade (7%). Curiosamente, 2% dos nossos inquiridos optaram por não responder. Constatamos assim que, para estes alunos, sobretudo, os valores da solidariedade (maioritariamente) responsabilidade e igualdade são essenciais na sua formação para o exercício da cidadania.

Triangulando essa informação com a do gestor escolar e dos professores, verificamos que todos se preocupam com a solidariedade, responsabilidade e igualdade;

valores estes, de suma importância para o crescimento do trabalho cooperativo dentro do ambiente escolar. Os valores são princípios que norteiam as atitudes e comportamentos do indivíduo (ROHAN, 2000).

Uma outra questão, debruçava-se sobre se trabalhar em cooperação melhora o seu comportamento em sala de aula e, tendo em atenção à tabela, verificamos que, 42% dos alunos ressaltaram um maior respeito pelos colegas, professores e funcionários da escola. Tal implica dizer que, trabalhar em cooperação influencia o comportamento do aluno e possibilita as relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar.

Relativo à importância do Programa Cooperjovem no processo de ensino e aprendizado, percebemos através da tabela que, 62% dos alunos afirmaram que facilita o seu aprendizado, sendo importante para o processo educacional; 21% diz que facilita a convivência entre todos no ambiente escolar; 2% ressalta que a aula se torna mais dinâmica, e, em porcentagem igual (1%), alunos que assumem que melhora o comportamento e outros que melhora o planeta. Uma porcentagem relativamente significativa (13%) não justificou a sua resposta. Subentendemos que há ainda algumas dúvidas em relação ao Programa e à sua finalidade.

Quando questionados sobre se os educadores que participam no Programa Cooperjovem apresentam um processo de ensino facilitador de um melhor aprendizado, a esmagadora maioria dos alunos (98%) acredita que sim. No questionário era-lhes solicitado que justificassem a sua resposta. Para 88% dos nossos inquiridos, os professores participantes do Programa tornam as aulas mais dinâmicas, o que facilita o aprendizado dos conteúdos. 2% referem que estes professores, por apresentarem saberes e conhecimentos científicos e pedagógicos diferenciados, estão mais qualificados às práticas pedagógicas. Finalmente, um número significativo de alunos (10%) preferiu não opinar. Ao analisarmos as razões da participação da família na escola, 34% dos alunos acredita que, existindo uma relação sólida entre a escola e a família, ambas as instituições saem a ganhar. 32% refere que esta interligação facilita o aprendizado. Para 11% dos alunos, a ligação da família à escola faz com que os educadores acompanhem, de forma sistemática, o comportamento dos seus educandos. Em menor proporção, 3% dos alunos, relatam que é importante o trabalho cooperativo entre família e escola e apenas um percentual de 1% dos alunos refere a falta de tempo da família de ir à escola. Finalmente, 19% dos alunos não justificaram a sua resposta.

Os resultados evidenciaram, que todos assumem ser fundamental a participação da família no Programa Cooperjovem, pois família e escola são importantes territórios de socialização dos valores e têm repercussões positivas nas atitudes dos alunos, ambas têm que andar de mãos dadas.

5. Considerações finais

O Programa Cooperjovem promove, tanto nos professores como nos alunos, uma consciência sobre o trabalho colaborativo. Esta nova forma de ensino e aprendizado obriga que sejam deixados de lado velhos paradigmas, apropriando-se os docentes de novas práticas de ensino e aprendizado e atitudes coletivas.

Ficou evidente ser necessária a adesão de toda a comunidade educativa ao Programa, de forma a ser possível disseminar a prática pedagógica cooperativa, permitindo, de forma refletida, o resgate dos valores éticos e um novo aprendizado em toda a escola, sustentado pela Pedagogia das Competências.

Na verdade, tendo a instituição aderido ao Programa em 2007, passados tantos anos, apenas alguns docentes implantaram nas suas aulas a nova metodologia criada pela Unidade Nacional do SESCOOP. Todos os outros continuaram a rejeitar esta metodologia de ensino, possivelmente por se manterem fechados numa cultura individualista e tradicional.

Pelo estudo, verificamos que os professores que participaram no Programa, receberam formação direcionada para o cooperativismo em que, na prática pedagógica, os princípios, valores e métodos da educação cooperativa estão presentes. Tal deu-lhes instrumentos para desenvolverem ações colaborativas em sala de aula, em que sobressaiu o trabalho de grupo com os alunos. Para isso, receberam materiais pedagógicos, para trabalhar na sua disciplina. Entre os valores enfatizados pelo cooperativismo, todos os intervenientes no estudo, gestor, professores e alunos, ressaltaram a importância da solidariedade, responsabilidade e igualdade.

Outro aspecto muito positivo referenciado pelos nossos sujeitos participantes, é o fato de o Programa ser desenvolvido em concordância com os mini-projetos presentes no Projeto Político Pedagógico da escola. Por isso, o Cooperjovem tem vantagens em consideração a grade curricular, ajustando as atividades empreendidas aos conteúdos disciplinares e, conseqüentemente, transformando-se num instrumento pedagógico impulsionador da *práxis* da Educação Cooperativa e de mais qualidade e sucesso educativos.

Paralelamente, é feita referência a uma certa resistência por parte das famílias, em colaborarem com a escola, sendo um desafio futuro atrair estes pais ao trabalho conjunto em ambiente educativo, e fazê-los compreender e aplicar os valores do cooperativismo.

Com a disseminação das ideias do Programa Cooperjovem entre os alunos, tornou-se evidente o seu envolvimento nas atividades escolares, a pertinência da mediação do educador, bem como a valorização do trabalho cooperativo no processo de ensino e aprendizado, promotores de mais competências, capacidades e conhecimentos.

Por fim, este estudo permitiu demonstrar um novo vínculo entre Educação e o trabalho, através da disseminação da cultura da cooperação, em ambiente escolar. O Programa Cooperjovem revelou ser imprescindível para a implantação de uma educação comprometida com o desenvolvimento da comunidade escolar, resgatando a plenitude da cidadania, através do reforço da colaboração, solidariedade e responsabilidade.

Referências

ADAMS, A.; DORNELES, E.; LAUXEN, S. Competências como um modo de pensar a educação. Educação. **Santa Maria**, v. 42, n. 2, p. 373-384, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/22528/pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

AGUADO, M. J. D. **A Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa**. Porto: Porto Editora, 2000.

ALMEIDA, L.; FREIRE, T. **Metodologia da investigação em psicologia e educação**. Braga: Psiquilíbrios, 2000.

BRASIL. **Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3017.htm#:~:text=DECRETO%20No%203.017%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 31 abr. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.715 de 3 de setembro de 1998**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/medidaprovisoria-1715-3-setembro-1998-365524-norma-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Medida provisória n. 2.168-40 de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/216840.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20No%202.168,ESCOOP%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 22 mai. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Artigos Sociológicos**, Porto Alegre, a. 3, n. 6, jul./dez. p. 242-264, 2001.

GAWLAK, A. **Cooperativismo**: primeiras lições. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

GUNTHER, H; LOPES JÚNIOR, J. Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 6 n. 2, p. 203-213, 2013.

LICHTMAN, M. **Qualitative Research in Education. A User's Guide**. 3. ed. London: Sage, 2013.

LOPES, J.; SILVA, H. **A aprendizagem cooperativa na sala de aula**: Um guia prático para o professor. Lisboa: Lidel, 2009.

POESCHL, G. **Análise de dados na investigação em Psicologia**: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina, 2006.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROHAN, M. J. A Rose by any name? The values construct. **Personality and Social Psychology Review**, v. 4, p. 255-277, 2000.

SARAIVA, L. G. **A contribuição para o Sescop e a sua natureza substitutiva**. 2013. Disponível em:

https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1394/1/Artigo_Luiz%20Gustavo%20Saraiva.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: Análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Caderno gestão social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2012. Disponível em:

http://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31589/pdf_35. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCHNEIDER, J. O. **A Doutrina do Cooperativismo nos tempos atuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos/CEDOPE, 1993.

SESCOOP. **Cooperjovem**: Educação para a cooperação uma prática pedagógica cooperativa reflexiva, consciente e criativa, Guia do Instrutor. Brasília: SESCOOP, 2013a.

SESCOOP. **Cooperjovem**: Educação para a cooperação uma prática pedagógica cooperativa reflexiva, consciente e criativa, Caderno do Educador. Brasília: SESCOOP, 2013b.

SESCOOP. **Metodologia do Programa Cooperjovem**. Brasília: SESCOOP, 2013c.

SILVA, M. J. M. **Análise do impacto do Programa Cooperjovem em uma escola do Município de Pedras de Fogo-PB**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Curso de Ciências da Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2018.

YIN, R. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.

Notas

ⁱ Dados fornecidos pela analista de cooperativismo e monitoramento do SESCOOP/PB, Coordenadora do Programa Cooperjovem no Estado da Paraíba, Josilma Beltrão, em 2020.

ⁱⁱ Dados fornecidos pela analista de cooperativismo e monitoramento do SESCOOP/PB, Coordenadora do Programa Cooperjovem no Estado da Paraíba, Josilma Beltrão, em 2020.

Sobre as autoras

Maria José Menezes da Silva

Mestra em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, Lisboa-PT (ULHT/PT). Especialização em Política Pública e Contexto Educativo, pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa-Faculdades (CINTEP/PB). Especialização em Ciências Ambientais, pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa-Faculdades (CINTEP/PB). Especialização em Psicologia Escolar da Aprendizagem, pela Fundação Francisco Mascarenhas de Patos-PB (FFM/PB). Graduada em Ciências com Habilitação em Matemática, pela Faculdade de Formação de Professores de Goiana-PE (FFPG/PE). Professora do Ensino Fundamental I e II, pela Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo-PB.

E-mail: menezes-maria@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2044-5739>

Alcina Manuela de Oliveira Martins

Professora Catedrática da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto. Diretora do Mestrado em Ciências da Educação e responsável pelo núcleo do Porto do CeIED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento). Professora convidada da Universidade Lusófona- Centro Universitário de Lisboa, nos cursos de Mestrado e Doutoramento em Educação. Membro do Conselho Editorial de revistas em Portugal, Espanha e Brasil, tem várias publicações em revistas científicas nacionais e estrangeira na área da violência doméstica, questões de gênero, das metodologias científicas e Formação de Professores.

E-mail: alcina.oliveira.martins@ulusofona.pt Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0290-747X>.

Recebido em: 04/07/2022

Aceito para publicação em: 11/05/2023